



COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL DA COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS – CPRM

REALIZADA POR VIDEOCONFERÊNCIA EM 17.11.2020

ATA nº 406

Aos dezessete dias do mês de novembro do ano dois mil e vinte, reuniu-se, ordinariamente, o Conselho Fiscal da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais, às 09:00h, por videoconferência, com a participação dos Conselheiros Titulares Frederico Bedran Oliveira, José Luiz Ubaldino de Lima (Representantes do Ministério de Minas e Energia) e Sergio Alonso da Costa (Representante do Tesouro Nacional), atuando como Secretário João Batista de Vasconcelos Dias Júnior, chefe da Secretaria Geral da CPRM (SEGER). Participaram da reunião, no seu todo ou parcialmente, o Sr. Agnaldo Aparecido de Souza, representante da Sênior Auditores Independentes, os membros do COAUD, Mariana Clara de Freitas Fontineli e Roberto Rocha Gomes, o Chefe da Divisão de Contabilidade Geral (DICOGE), Dauro Ferreira, o Analista em Geociências da DICOGE Carlos Augusto de Oliveira Teixeira, o Chefe da Área de Governança, Juliano de Souza Oliveira, a equipe da AUDITE, composta pelo Auditor Chefe Marcelo Cantuário, e os Analistas em Geociências Fábio Gouvêa, Luciana Oliveira, e Márcia Guimarães, o Chefe do Departamento de Contabilidade, Orçamento e Finanças (DECOF), José Carlos da Silva Ramos e o Analista em Geociências da SEGER Cristiano Jorge André. O Presidente do Conselho Fiscal, Frederico Bedran Oliveira, agradeceu a presença de todos e deu as boas-vindas ao Sr. Agnaldo Aparecido de Souza, representante da Sênior Auditores Independentes e aos membros presentes do Comitê de Auditoria - COAUD. Em seguida, o Presidente do Conselho deu início à reunião onde foram abordados os seguintes assuntos:

LEITURA, APROVAÇÃO E ASSINATURA DA ATA 405 – Após os devidos ajustes, a ATA CF nº 405 será disponibilizada para assinatura no Sistema Eletrônico de Informações - SEI.

ASSUNTOS DA CONTABILIDADE – O representante da Sênior Auditores Independentes, Agnaldo Souza, discorreu sobre o resultado da auditoria nas Demonstrações Contábeis Intermediárias referentes ao 2º trimestre de 2020. Destacou que no relatório ainda aparecem duas das três ressalvas apontadas no Balanço do Exercício de 2019: 1) Provisão para perdas não contabilizadas – financiamentos concedidos; e 2) Análise da vida útil e teste de recuperabilidade dos ativos ainda não realizados. Segundo Agnaldo Souza, a primeira ressalva deverá sair no relatório do 3º trimestre, já que tinha informações de que foi contabilizada a provisão para perda. Explicou que os relatórios trimestrais ou intermediários são um pouco mais simples do que o anual, e que paralelamente são gerados um relatório tributário e outro de controle dos saldos contábeis. No relatório tributário ainda não contem a apuração do crédito de PIS/COFINS até junho, situação que já foi resolvida para o relatório de setembro (3º trimestre). Já no relatório dos saldos orçamentários, foram registradas pendências relevantes referentes à adiantamentos para viagens e para terceiros, além de contas a pagar, algumas de longa data que, dependendo do valor, podem vir a gerar ressalva no Balanço. Indagado a respeito, o chefe da DICOGE, Dauro Ferreira, informou que estavam sendo tomadas providências para a solução dos problemas apontados junto às unidades responsáveis. O chefe do DECOF, José Carlos Ramos, informou ter sido montada uma força-tarefa junto às Unidades Regionais para solucionar as pendências apontadas, e que a Diretoria de Administração e Finanças está adotando uma série de ações, inclusive quanto ao cartão de pagamentos do governo federal, que evitarão tais problemas no futuro. O membro do COAUD Roberto Rocha, diante das pendências relatadas pelo Auditor Independente, sugeriu uma maior aproximação com a Controladoria para evitar surpresas como aquelas do Balanço do exercício de 2019. Solicitou também um posicionamento do DECOF sobre o problema. Os membros do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria

solicitaram acesso aos relatórios produzidos pela Sênior e citados pelo Auditor Agnaldo Souza e que os mesmos passem a ser encaminhados juntamente com as demonstrações contábeis auditadas. O Presidente do Conselho Fiscal, Frederico Bedran, agradeceu a presença e as explicações do Auditor Independente Agnaldo Souza e elogiou o trabalho realizado e a forma didática com que apresentou a questão. O Conselheiro Sergio Alonso recomendou mais proatividade das unidades regionais (SUREGs) na solução das pendências que impedem a retirada da CND em seus respectivos estados e municípios, evitando problemas futuros para a CPRM, e sugeriu que no controle de certidões das unidades regionais, seja incorporada a informação da real situação de cada unidade e as providências adotadas. O Conselheiro Ubaldino solicitou uma verificação do item 21 das Notas Explicativas às Informações Contábeis Intermediárias do 2º trimestre de 2020, em função de uma possível inconsistência nos valores. Foi solicitada a apresentação das Demonstrações Financeiras do 3º trimestre 2020 e do controle de certidões na próxima reunião do Conselho.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – O chefe do DECOF, José Carlos, apresentou ao Conselho Fiscal a situação da execução orçamentária até aquela data, que apresenta 85% da dotação empenhada e 81% liquidada. Na sequência apresentou o percentual de execução de cada Diretoria, informando que a área finalística teve uma baixa execução em outubro e que esse assunto está sendo tratado nas reuniões da Junta Orçamentária e Financeira – JOFIN. O Conselho Fiscal tomou conhecimento da situação orçamentária e financeira e manifestou preocupação com as ações de “Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação”, “Implementação da Recuperação Ambiental da Bacia Carbonífera de Santa Catarina”, “Levantamentos Geológicos Marinhos” e “Informações de Alerta de Cheias e Inundações”, tendo em vista o curto espaço de tempo para uma execução de 100%. Reiterou ainda a necessidade de se buscar alternativas para manter o nível de execução das ações da área finalística, impactadas pela pandemia do coronavírus, que levou ao trabalho a distância e à suspensão das atividades de campo, e destacou a importância de que tais alternativas resultem na aplicação na própria área finalística dos recursos que deixaram de ser utilizados até o momento.

RELATORIO DE DIVIDAS DE CLIENTES – A Divisão de Execução Financeira (DIEFIN/DECOF) apresentou ao Conselho a posição, em 26 de outubro de 2020, da evolução da dívida de clientes, que totaliza R\$ 278.588,49. O valor da dívida vencida há mais de 30 dias é de R\$ 253.243,83, referente à dívida da Assembleia Legislativa do Estado do Amapá (R\$ 202.554,51), em cobrança judicial, cujo processo está concluído desde 09/08/2019, aguardando a expedição de precatório, e da APAC – Agência pernambucana de Águas e Clima (R\$ 50.689,32), referente a despesas com reembolso de pessoal cedido.

DEMONSTRATIVO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS – Foi apresentada ao Conselho Fiscal a relação total dos Contratos celebrados pela CPRM no período de setembro a outubro de 2020. O Conselho Fiscal selecionou os Contratos 068/PR/20 – ICATU SEGUROS S/A e 071/PR/20 - UNIMED GOIÂNIA COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO, para análise pela AUDITE. Também foi apresentada a relação dos Termos de Execução Descentralizada-TED, Termos de Cooperação, Acordos de Cooperação Técnica e Convênios celebrados no período de dezembro de 2019 a setembro de 2020 e a relação dos Termos de Execução Descentralizada-TED, Termos de Cooperação, Acordos de Cooperação Técnica e Convênios em andamento ou em processo de prestação de contas. O Conselho Fiscal destacou a existência de vários Instrumentos com atraso na prestação de contas.

ASSUNTOS DA AUDITORIA INTERNA – O Chefe da AUDITE, Marcelo Cantuário, juntamente com a sua equipe, fez uma apresentação ao Conselho Fiscal onde destacou a necessidade de aumento do número de Auditores para o atendimento da demanda, assunto já encaminhado à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração. Discorreu sobre as últimas Notas Técnicas de Auditoria finalizadas e entregues para compor o material da reunião: 1) NT nº 009/2020 sobre o contrato 110/PR/19 celebrado com a RMA Atividades Construtivas EIRELLI; 2) NT nº 010/2020 sobre o contrato nº 045/PR/2020 celebrado com a Tostes & De Paula Advocacia Empresarial; 3) NT nº 011/2020 sobre o contrato nº 048/PR/20 celebrado com a Tostes & De Paula Advocacia Empresarial; 4) NT nº 012/2020 sobre o contrato nº 058/PR/20 celebrado com a Hasahill Consultoria e Serviços Ltda EPP; e 5) Relatório de Auditoria Especial nº 07/2020. O chefe da AUDITE comentou terem sido solicitadas pelo Conselho Fiscal 21 Notas Técnicas, das quais foram 12 foram elaboradas e entregues, restando 9 pendentes, das quais uma já está em análise, e 5 ainda devem ser distribuídas entre os Auditores. O Conselho Fiscal, diante das 9 (nove) Notas Técnicas ainda pendentes, solicitou a elaboração de um ofício da SEGER, endereçado ao Diretor-Presidente, solicitando explicações pelo não atendimento das demandas solicitadas à AUDITE pelo Conselho, no ano de 2020.

ASSUNTOS DA GOVERNANÇA – O Chefe da Área de Governança, Juliano de Souza Oliveira, informou aos Conselheiros que está promovendo a atualização do Quadro de Pendências e Solicitações do Conselho Fiscal, e que o encaminhará aos Conselheiros tão logo fique pronto.

EXAME DAS ATAS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DA DIRETORIA EXECUTIVA - O Conselho Fiscal tomou conhecimento das atas de reunião da Diretoria Executiva de números 1234 a 1236, e do Conselho de Administração de número 254, mediante acesso ao sítio eletrônico da CPRM.

ACOMPANHAMENTO DA EVOLUÇÃO DOS PASSIVOS CONTINGENTES – O

Conselho Fiscal tomou conhecimento da planilha “Passivos Contingentes – Demandas Judiciais”, elaborada pela Consultoria Jurídica - COJUR, com o demonstrativo das ações judiciais detalhadas por ramo (Trabalhistas, Tributárias e Cíveis), referentes ao mês de outubro de 2020, não havendo alteração significativa em relação ao relatório anterior. Em atendimento à solicitação feita pelo Conselho Fiscal na reunião passada, foi incluída na planilha Resumo – Débitos Judiciais a evolução mensal dos valores.

OUTROS ASSUNTOS – a) Ficou decidido o estabelecimento de uma agenda conjunta entre o Conselho Fiscal e o Comitê de Auditoria - COAUD visando a avaliação e eventual melhoria do fluxo de contratação, pagamentos e prestação de contas, onde foi solicitado, para tal, a participação de representante(s) da área de contratos e convênios (DICON/DEAMP), contabilidade (DICOGE/DECOF), execução financeira (DIEFIN/DECOF), Governança, AUDITE e Diretoria de Administração e Finanças – DAF, para a qual convidam o Diretor da DAF a participar de suas reuniões e que o mesmo indique o(s) representantes de sua Diretoria. A primeira reunião foi marcada para o dia 14/12/2020, segunda-feira, às 14:30. Com vistas a facilitar os trabalhos na referida reunião, foi solicitada a disponibilização dos procedimentos e fluxos eventualmente disponíveis, bem como o Normativo Interno correspondente. b) A Presidente do Comitê de Auditoria, Mariana Fontineli, comentou sobre o primeiro ano de funcionamento do COAUD, que resultou na elaboração de um relatório ao final daquele ano. Naquele ano, como ainda não estava muito claro como se daria a relação do COAUD com o Conselho de Administração, aproveitou-se para fazer um levantamento junto às áreas da CPRM cujas atividades estavam relacionadas à atuação do Comitê. Segundo Mariana Fontineli, em 2020 verificou-se uma melhora no recebimento dos documentos e os membros do COAUD passaram a participar das reuniões do Conselho de Administração. O membro do COAUD Roberto Rocha, comentou que as atribuições do Comitê estão colocadas em seu Regimento Interno, e que apesar da melhora no fluxo de documentos para o COAUD, ainda existem algumas dificuldades, as quais atribuiu, em parte, ao desconhecimento dos empregados em relação ao COAUD. O Presidente do Conselho Fiscal sugeriu que a Área de Governança atue internamente para melhorar a compreensão / percepção dos empregados em relação ao COAUD. Também destacou a importância de uma aproximação com a área de contabilidade (DICOGE/DECOF), já que as Demonstrações Contábeis / Financeiras do Exercício passam primeiramente pela análise do Conselho de Administração e o COAUD deverá assessorar o Conselho nesta análise.

Não havendo mais assuntos a serem tratados, a reunião foi dada como encerrada.

FREDERICO BEDRAN OLIVEIRA

Presidente

SÉRGIO ALONSO DA COSTA

Conselheiro

JOSÉ LUIZ UBALDINO DE LIMA

Conselheiro

JOÃO BATISTA DE VASCONCELOS DIAS JÚNIOR

Secretário



Documento assinado eletronicamente por **FREDERICO BEDRAN DE OLIVEIRA, Presidente do Conselho Fiscal**, em 30/04/2021, às 15:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **JOSÉ LUIZ UBALDINO DE LIMA, Membro do Conselho Fiscal**, em 30/04/2021, às 15:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **JOAO BATISTA DE V. DIAS JUNIOR, Chefe da Secretaria Geral**, em 30/04/2021, às 18:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **SERGIO ALONSO DA COSTA, Membro do Conselho Fiscal**, em 01/05/2021, às 11:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site sei.cprm.gov.br/autenticidade, informando o código verificador **0312962** e o código CRC **07684416**.